MAPEANDO PERSPECTIVAS SOBRE INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Anderson José Lisboa Baptista [1]

INTRODUÇÃO

A presença cada vez mais intensa das tecnologias digitais nas diferentes dimensões da vida social tem produzido mudanças nas formas de comunicação, acesso à informação e participação na sociedade. As relações sociais, o acesso a serviços públicos, as oportunidades de trabalho e as formas de participação política são, em grande medida, mediados por tecnologias digitais. Nesse contexto, a inclusão digital assume importância crescente, não apenas pela necessidade de acesso a equipamentos e à internet, mas também pelas condições de apropriação crítica desses recursos e de participação efetiva nos espaços digitais e na vida social.

A pandemia de Covid-19 evidenciou que a participação na dinâmica da vida social contemporânea passa, necessariamente, pelo mundo digital. Se, historicamente, a leitura, a escrita e a escolarização constituíram mediações fundamentais para a participação social, na contemporaneidade essas mediações também passam pelo ambiente digital, que apresenta linguagens, dinâmicas e formas próprias de interação. Assim, além de ferramentas, equipamentos, acesso à internet e credenciais de acesso, torna-se necessária uma inclusão digital que considere o letramento digital e a participação política dos sujeitos.

Essa discussão assume particular relevância no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade que atende sujeitos cujas trajetórias escolares são frequentemente marcadas pela negação ou pela interrupção do direito à educação. Para Arendt (2014), um dos aspectos fundamentais da condição humana se expressa na vida pública, por meio das relações estabelecidas com os outros. Ao considerarmos a centralidade da leitura e escrita nas relações sociais contemporâneas, perceberemos a

[1] Professor da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, anderson.jlb@gmail.com;

educação como aspecto importante na condição humana, pois é um dos elementos centrais para participação plena na vida pública.

Nesse sentido, a EJA pode ser pensada também a partir de uma perspectiva humanizadora, pois tende a contribuir para participação de sujeitos jovens, adultos e idosos, outrora excluídos, a uma participação mais efetiva na vida pública. Trata-se de uma compreensão que se fundamenta no entendimento da educação como direito fundamental e condição para a participação na vida social e comunitária. Como aponta Arroyo (2017), os itinerários dos sujeitos da modalidade em busca de uma vida mais justa podem ser compreendidos como percursos de humanização.

A complexificação da realidade social, entretanto, coloca novos desafios à garantia desse direito. Se as práticas de leitura, escrita e escolarização permanecem fundamentais para a participação social, é necessário considerar que parte significativa dessas práticas ocorre atualmente em ambientes digitais. Desse modo, a exclusão digital pode aprofundar desigualdades educacionais e sociais já existentes, criando novas barreiras à participação social e pública dos sujeitos da EJA. Não participar efetiva e criticamente dos espaços digitais significa ter limitadas as possibilidades de acesso à informação, de expressão e de intervenção em questões de interesse coletivo.

Nessa perspectiva, a inclusão digital não pode ser compreendida apenas como acesso às tecnologias ou domínio operacional de dispositivos e aplicativos. A partir de Ribeiro e Coscarelli (2014), o letramento digital pode ser entendido como o conjunto de práticas sociais de leitura e produção de textos em ambientes digitais. Essa compreensão implica considerar não somente o uso das ferramentas disponíveis, mas também as linguagens, as formas de construção e circulação das informações, a análise das fontes e o reconhecimento das autorias. Em uma realidade marcada pela circulação de notícias falsas e de desinformação, o acesso às tecnologias, por si só, não garante uma apropriação crítica das informações.

A dimensão da participação política também é fundamental para a compreensão da inclusão digital aqui adotada. Considerando que parte significativa das interações sociais ocorre na internet, participar desses espaços envolve mais do que consumir conteúdos ou utilizar ferramentas: envolve manifestar identidades, dar visibilidade a problemas sociais e estabelecer relações com outros sujeitos. Martino (2021), ao discutir as mídias digitais, contribui para compreender essas formas de manifestação e interação nos ambientes em rede. A inclusão digital, portanto, precisa ser pensada como

possibilidade de participação na vida pública, de expressão e de exercício da cidadania, articulando o letramento digital à formação crítica e à humanização dos sujeitos.

Essa perspectiva encontra-se em consonância com a discussão desenvolvida por Baptista e Teles (2024), para quem a inclusão digital na EJA deve ultrapassar a dimensão instrumental e ser compreendida como um processo humanizador. Isso significa reconhecer que a apropriação das tecnologias digitais envolve condições de acesso, conhecimentos, práticas sociais e possibilidades de participação. No contexto da EJA, essa compreensão exige considerar as experiências e os saberes dos estudantes, bem como as condições concretas em que se relacionam com as tecnologias, evitando reduzir a inclusão digital à preparação para demandas imediatas do mercado de trabalho ou à utilização de recursos tecnológicos como ferramentas didáticas isoladas.

Embora a relevância dessa discussão seja crescente, permanece necessário compreender como a produção acadêmica relacionada à EJA tem abordado a inclusão digital. Identificar as perspectivas teórico-conceituais presentes nesses estudos permite observar quais dimensões têm recebido maior atenção, quais enfoques predominam e quais aspectos ainda demandam aprofundamento. Esse mapeamento é particularmente importante para discutir em que medida as pesquisas têm relacionado a utilização das tecnologias digitais ao direito à educação, à formação humana e à participação crítica dos sujeitos, ou se têm privilegiado abordagens voltadas principalmente ao uso instrumental dos recursos tecnológicos.

É nesse contexto que se insere o presente estudo, cujo objetivo é mapear as perspectivas teóricas e conceituais sobre inclusão digital presentes na produção acadêmica relacionada à Educação de Jovens e Adultos, identificando as abordagens predominantes e as limitações observadas nesse conjunto de trabalhos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, a partir de publicações localizadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerando o período de 2018 a 2024. Após a leitura dos resumos e das palavras-chave e a exclusão de duplicatas e textos que não tratavam diretamente da temática, constituiu-se um corpus de 89 artigos, organizados em quatro categorias: formação e desenvolvimento profissional docente; currículo, políticas e gestão da EJA com tecnologias; práticas pedagógicas e uso instrumental das tecnologias; e letramento digital, inclusão digital humanizada e uso crítico das tecnologias digitais.

A análise dessas produções busca compreender como a inclusão digital vem sendo abordada no campo da EJA, considerando a distribuição dos trabalhos entre as categorias e as perspectivas que orientam suas discussões. Ao evidenciar tendências e lacunas na produção analisada, o estudo pretende contribuir para o debate sobre a necessidade de articular as tecnologias digitais ao direito à educação, ao letramento digital crítico e à participação social e política dos sujeitos da modalidade.

Além desta introdução, o artigo apresenta a metodologia adotada para a realização do levantamento bibliográfico e a organização do corpus. Em seguida, são discutidos os resultados do mapeamento a partir das quatro categorias identificadas. Por fim, as considerações finais retomam os principais achados, suas implicações para o debate sobre inclusão digital na EJA e as questões que permanecem abertas para investigações futuras.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa e caráter exploratório, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico sobre a inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo metodológico foi mapear a produção acadêmica relacionada à temática, buscando compreender como ela vem sendo abordada no campo da EJA, quais perspectivas teórico-conceituais aparecem nesses estudos e quais tendências e lacunas podem ser identificadas na produção analisada.

O recorte cronológico compreendeu o período de 2018 a 2024, de modo a contemplar publicações anteriores, contemporâneas e posteriores à pandemia de Covid-19. Essa delimitação permitiu considerar a produção acadêmica em um contexto no qual as tecnologias digitais ganharam ainda mais visibilidade nas discussões educacionais, sem restringir a investigação exclusivamente aos trabalhos produzidos durante a pandemia.

Considerando a prioridade de um recorte nacional e as dificuldades relacionadas à identificação de bases de dados robustas em língua portuguesa, a busca bibliográfica concentrou-se no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Reconhece-se, contudo, que a ferramenta de busca do portal apresenta instabilidades, com possibilidade de variação nos resultados mesmo quando

utilizados os mesmos filtros. Essa condição impõe limites à obtenção de um corpus exaustivo e deve ser considerada na interpretação dos resultados.

Diante dessas condições, adotou-se uma perspectiva de mapeamento exploratório, com aproximação à lógica das revisões de escopo. Conforme Cordeiro e Soares (2020), esse tipo de revisão pode contribuir para sistematizar e disseminar achados, identificar lacunas na literatura e compreender como as pesquisas são conduzidas em determinada área. Nesse sentido, o levantamento realizado não pretende esgotar a produção acadêmica sobre inclusão digital na EJA, mas identificar tendências e aspectos relevantes para a compreensão de como a temática vem sendo abordada.

O levantamento foi realizado a partir de dois descritores de busca no Portal de Periódicos da CAPES. A primeira, "EJA AND inclusão digital", resultou em 12 trabalhos. Considerando a possibilidade de que a temática da inclusão digital estivesse presente em estudos que não utilizassem diretamente essa expressão, realizou-se uma segunda busca, mais abrangente, com os termos "EJA AND tecnologias", que recuperou 95 publicações.

Na etapa seguinte, procedeu-se à leitura dos resumos e das palavras-chave das publicações recuperadas, seguida da exclusão de registros duplicados e de textos que não abordavam diretamente o objeto da pesquisa. Após esse procedimento, constituiu-se um corpus final de 89 artigos, utilizado como base para o mapeamento e a análise apresentados neste trabalho.

A organização do corpus ocorreu por meio da leitura dos resumos e da identificação dos temas e enfoques predominantes nas publicações. A partir desse processo, os artigos foram agrupados em quatro categorias analíticas: (1) formação docente e desenvolvimento profissional; (2) currículo, políticas e gestão da EJA com tecnologias; (3) práticas pedagógicas e uso instrumental das tecnologias; e (4) letramento digital, inclusão digital humanizada e uso crítico das tecnologias digitais.

A primeira categoria reuniu estudos voltados à formação inicial ou continuada de professores da EJA para o uso das tecnologias digitais, incluindo discussões sobre saberes docentes, barreiras e práticas formativas. A segunda abrangeu trabalhos que abordam a incorporação das tecnologias em diretrizes curriculares, políticas públicas ou práticas de gestão da modalidade. A terceira contemplou pesquisas sobre intervenções pedagógicas, experiências de sala de aula e usos específicos de ferramentas digitais, com ênfase nas tecnologias como recursos para o desenvolvimento de atividades educativas. Por fim, a quarta categoria reuniu estudos que discutem o letramento digital e a inclusão digital a

partir de perspectivas críticas e humanizadoras, relacionando-os à emancipação, à participação política e à atuação dos sujeitos nos espaços públicos.

Após a categorização, os trabalhos foram contabilizados e distribuídos entre as quatro categorias, permitindo identificar a frequência e a proporção de cada conjunto em relação ao corpus total. Essa organização subsidiou a análise das tendências predominantes na produção acadêmica e das dimensões menos exploradas, especialmente no que se refere à articulação entre inclusão digital, direito à educação e participação crítica dos sujeitos da EJA.

Cabe destacar que a categorização foi realizada com base na leitura dos resumos e das palavras-chave, não correspondendo, portanto, a uma análise integral do conteúdo de todos os artigos. Essa delimitação, somada à utilização de uma única base de dados e às instabilidades identificadas no mecanismo de busca, constitui uma limitação do estudo. Os resultados devem ser compreendidos como um mapeamento exploratório das publicações recuperadas e analisadas, capaz de indicar tendências e lacunas, mas não de representar de maneira exaustiva toda a produção acadêmica sobre inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento bibliográfico realizado no Portal de Periódicos da CAPES resultou em um corpus de 89 artigos relacionados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e às tecnologias digitais, considerando o período de 2018 a 2024. A leitura dos resumos e das palavras-chave permitiu organizar as publicações em quatro categorias, de acordo com os temas e enfoques predominantes: formação docente e desenvolvimento profissional; currículo, políticas e gestão da EJA com tecnologias; práticas pedagógicas e uso instrumental das tecnologias; e letramento digital, inclusão digital humanizada e uso crítico das tecnologias digitais.

A distribuição dos trabalhos entre essas categorias evidencia diferenças significativas na atenção dedicada aos temas. Do total analisado, 21 artigos (23,6%) foram classificados na categoria Formação docente e desenvolvimento profissional; 2 (2,2%), em Currículo, políticas e gestão da EJA com tecnologias; 54 (60,7%), em Práticas pedagógicas e uso instrumental das tecnologias; e 12 (13,5%), em Letramento digital, inclusão digital humanizada e uso crítico das tecnologias digitais.

Esses resultados permitem observar uma concentração das publicações em estudos voltados às práticas pedagógicas e à utilização de recursos tecnológicos, enquanto as discussões sobre currículo, políticas públicas e gestão aparecem em proporção significativamente menor. Também chama a atenção a presença minoritária de trabalhos que abordam a inclusão digital a partir de perspectivas críticas e humanizadoras. Essa distribuição constitui o principal ponto de partida para a discussão dos resultados, uma vez que permite problematizar os sentidos atribuídos à inclusão digital na produção acadêmica relacionada à EJA.

Formação docente e desenvolvimento profissional

A categoria Formação docente e desenvolvimento profissional reuniu 21 artigos, correspondentes a 23,6% do corpus analisado. Foram agrupados nesse conjunto os trabalhos que abordam a formação inicial ou continuada de professores da EJA para o uso das tecnologias digitais, considerando questões relacionadas aos saberes docentes, às barreiras encontradas e às práticas formativas.

A presença dessa categoria evidencia que a formação dos professores constitui uma dimensão relevante nas discussões sobre a relação entre tecnologias digitais e EJA. A incorporação desses recursos às práticas educativas não depende exclusivamente da disponibilidade de equipamentos ou de plataformas, pois envolve também os conhecimentos, as condições de trabalho e as possibilidades de apropriação pedagógica das tecnologias pelos profissionais da educação.

Entretanto, a formação para o uso das tecnologias digitais não deve ser compreendida apenas como capacitação para operar ferramentas ou desenvolver atividades mediadas por recursos tecnológicos. Quando a inclusão digital é considerada em uma perspectiva crítica e humanizadora, torna-se necessário refletir sobre os objetivos formativos que orientam essa utilização e sobre as possibilidades de contribuir para a autonomia dos estudantes, o acesso à informação e a participação social.

Essa discussão é particularmente importante na EJA, considerando a diversidade de trajetórias escolares e experiências de vida dos sujeitos que frequentam a modalidade. A formação docente precisa considerar não apenas as potencialidades pedagógicas das tecnologias, mas também as condições sociais em que os estudantes se relacionam com elas. Isso implica reconhecer seus conhecimentos prévios, suas práticas cotidianas e os desafios que enfrentam para acessar, compreender e produzir informações em ambientes digitais.

A perspectiva apresentada por Baptista e Teles (2024) contribui para essa reflexão ao compreender a inclusão digital na EJA como um processo que ultrapassa o acesso e o domínio operacional das tecnologias. Sob esse entendimento, a formação docente também precisa contemplar as dimensões sociais, críticas e políticas do uso dos recursos digitais. O professor não atua somente como mediador de ferramentas, mas participa de um processo educativo que pode ampliar as possibilidades de leitura crítica do mundo e de participação dos estudantes na sociedade.

É importante, contudo, reconhecer os limites do que os dados permitem afirmar. O percentual de 23,6% demonstra que a formação docente constitui um tema presente no corpus, mas não permite, por si só, concluir que as pesquisas analisadas adotam uma concepção crítica de formação ou que contemplam adequadamente a perspectiva humanizadora da inclusão digital. Para estabelecer essa distinção, seria necessária uma análise aprofundada dos textos completos. No âmbito deste mapeamento, a categoria permite identificar a relevância do tema e apontar a necessidade de discutir quais concepções de formação orientam a aproximação entre docência, EJA e tecnologias digitais.

Currículo, políticas e gestão da EJA com tecnologias

A categoria Currículo, políticas e gestão da EJA com tecnologias reuniu apenas 2 artigos, correspondentes a 2,2% do corpus. Trata-se da categoria com menor número de publicações, abrangendo trabalhos que discutem a incorporação das tecnologias digitais às diretrizes curriculares, às políticas públicas ou às práticas de gestão da modalidade.

Esse resultado chama a atenção porque a inclusão digital não se constitui exclusivamente no âmbito das práticas individuais de professores e estudantes. Sua efetivação depende também de condições institucionais, de decisões relacionadas à organização curricular, da disponibilidade de infraestrutura e da existência de políticas que reconheçam as especificidades da EJA. Quando essas dimensões não são consideradas, a utilização das tecnologias pode permanecer restrita a iniciativas pontuais, sem articulação mais ampla com o projeto pedagógico e com as finalidades da educação.

A baixa incidência de publicações nessa categoria sugere que a discussão sobre currículo, políticas e gestão ocupa um espaço reduzido no conjunto analisado. Esse achado merece atenção porque a inclusão digital, compreendida como dimensão do direito à educação, exige mais do que iniciativas isoladas de utilização de recursos tecnológicos. É necessário considerar de que maneira as políticas educacionais, a

organização das instituições e as propostas curriculares podem assegurar condições para que os estudantes da EJA participem das práticas sociais mediadas pelas tecnologias digitais.

Essa questão também se relaciona à concepção de educação como condição para a participação na vida pública. Na perspectiva de Arendt (2014), a vida pública constitui uma dimensão fundamental da condição humana, na qual os sujeitos estabelecem relações com os outros e se tornam participantes de um mundo comum. Articulada à discussão de Arroyo (2017) sobre os percursos de humanização dos sujeitos da EJA, essa compreensão permite problematizar a ausência ou a insuficiência de políticas que considerem a inclusão digital como parte da formação e da participação social desses estudantes.

Se as tecnologias digitais participam cada vez mais das relações sociais, culturais, políticas e educacionais, sua presença no currículo não pode se limitar à introdução de ferramentas ou à realização de atividades específicas. É necessário discutir os conhecimentos e as práticas que permitem aos estudantes compreender os ambientes digitais, analisar criticamente as informações e utilizar esses espaços para expressar ideias e participar de questões de interesse coletivo.

O resultado encontrado não permite afirmar que inexistam políticas ou iniciativas curriculares voltadas à inclusão digital na EJA, tampouco que o tema esteja ausente de toda a produção acadêmica. O que os dados evidenciam é que, entre os 89 artigos analisados, apenas dois foram classificados nessa categoria. Essa baixa frequência indica uma lacuna no conjunto mapeado e reforça a importância de ampliar investigações sobre as relações entre inclusão digital, políticas educacionais, currículo e gestão da EJA.

Práticas pedagógicas e uso instrumental das tecnologias

A categoria Práticas pedagógicas e uso instrumental das tecnologias concentrou o maior número de publicações, com 54 artigos, correspondentes a 60,7% do corpus. Foram reunidos nesse conjunto os trabalhos que abordam intervenções pedagógicas, experiências desenvolvidas em sala de aula e usos específicos de ferramentas digitais na EJA, com ênfase nas tecnologias como recursos para o desenvolvimento de atividades educativas.

A predominância dessa categoria constitui um dos principais resultados do levantamento. Mais de 60% dos artigos foram classificados em um conjunto no qual predomina a discussão sobre práticas pedagógicas e utilização de recursos tecnológicos. Esse resultado sugere que a aproximação entre EJA e tecnologias digitais tem sido

abordada, no corpus analisado, principalmente a partir das possibilidades de utilização desses recursos nos processos de ensino e aprendizagem.

É necessário reconhecer a importância dessas experiências. As tecnologias digitais podem ampliar as formas de acesso a materiais, diversificar estratégias pedagógicas e criar possibilidades de comunicação e produção de conhecimentos. Em uma modalidade marcada pela diversidade de trajetórias escolares e de experiências sociais, a utilização desses recursos pode contribuir para aproximar os conteúdos escolares das práticas cotidianas dos estudantes e favorecer outras formas de interação com o conhecimento.

O problema, portanto, não reside na utilização pedagógica das tecnologias, mas na possibilidade de que a discussão sobre inclusão digital permaneça restrita à dimensão instrumental. Quando o debate se concentra na ferramenta utilizada ou na atividade desenvolvida, outras questões podem receber menor atenção: as condições de acesso dos estudantes, os sentidos sociais das práticas digitais, a análise crítica das informações e as possibilidades de participação nos espaços públicos mediados pelas tecnologias.

Essa distinção é fundamental para a perspectiva de inclusão digital que orienta este estudo. Conforme discutido por Ribeiro e Coscarelli (2014), o letramento digital envolve práticas sociais de leitura e produção de textos em ambientes digitais. Não se limita, portanto, à capacidade de operar dispositivos ou utilizar aplicativos, pois compreende também a interpretação das linguagens, a análise das informações e a participação nas práticas sociais que se desenvolvem nesses ambientes.

Nesse sentido, uma atividade pedagógica que utiliza determinada ferramenta digital não representa, necessariamente, uma experiência de letramento digital crítico. Para que essa dimensão seja contemplada, é importante considerar o que os estudantes fazem com as tecnologias, quais conhecimentos mobilizam, como interpretam as informações e de que maneira podem produzir conteúdos e participar das interações sociais. A tecnologia como recurso didático pode integrar esse processo, mas não substitui a reflexão sobre os usos sociais e políticos dos ambientes digitais.

A predominância das práticas pedagógicas no corpus também permite problematizar a relação entre a inclusão digital e as finalidades da EJA. Se essa modalidade está comprometida com a garantia do direito à educação e com a formação de sujeitos capazes de participar da vida social, a utilização das tecnologias precisa dialogar com essas finalidades. Isso significa evitar que os recursos digitais sejam tratados

apenas como instrumentos para transmitir conteúdos ou desenvolver habilidades operacionais, sem considerar sua relação com a autonomia, a cidadania e a participação crítica.

A discussão desenvolvida por Baptista e Teles (2024) contribui para esse argumento ao defender uma perspectiva humanizadora da inclusão digital, na qual o acesso às tecnologias precisa estar associado à apropriação crítica e à participação social. Essa compreensão não se opõe à utilização pedagógica dos recursos digitais; ao contrário, propõe ampliar seus sentidos e suas possibilidades formativas.

Cabe destacar, entretanto, que a classificação dos 54 artigos foi realizada a partir da leitura dos resumos e das palavras-chave. Assim, a identificação de uma abordagem predominantemente instrumental diz respeito ao enfoque que pôde ser reconhecido nesse material, e não necessariamente a todas as dimensões desenvolvidas nos textos completos. Alguns estudos podem discutir questões críticas ou sociais sem que elas apareçam de forma suficientemente explícita nos resumos. Essa limitação não elimina a relevância da predominância encontrada, mas recomenda cautela na interpretação dos resultados.

Ainda assim, a concentração das publicações nessa categoria, em contraste com a baixa frequência de estudos sobre currículo, políticas e gestão e com a presença minoritária de trabalhos sobre letramento digital crítico e inclusão humanizadora, aponta para a importância de ampliar o debate sobre os objetivos e os fundamentos que orientam a incorporação das tecnologias digitais à EJA.

Letramento digital, inclusão digital humanizada e uso crítico das tecnologias

A categoria Letramento digital, inclusão digital humanizada e uso crítico das tecnologias digitais reuniu 12 artigos, correspondentes a 13,5% do corpus. Foram classificados nesse conjunto os trabalhos que discutem a inclusão digital para além do acesso e do uso operacional dos recursos, relacionando-a ao letramento digital, à formação crítica, à emancipação e à participação política dos sujeitos.

Embora essa categoria apresente uma frequência inferior àquela observada nas pesquisas sobre práticas pedagógicas e uso instrumental das tecnologias, sua presença evidencia que há, no conjunto analisado, estudos que procuram discutir os sentidos sociais e formativos da inclusão digital. Essas produções permitem ampliar a compreensão da relação entre tecnologias e educação, deslocando o foco exclusivo das ferramentas para

as práticas sociais, os conhecimentos e as possibilidades de participação que se desenvolvem nos ambientes digitais.

A perspectiva do letramento digital contribui para compreender essa diferença. Como discutem Ribeiro e Coscarelli (2014), as práticas de leitura e produção de textos em ambientes digitais envolvem formas específicas de interação com informações e linguagens. A inclusão digital, nessa compreensão, não se encerra no acesso à internet ou na capacidade de utilizar dispositivos. Ela envolve também a possibilidade de interpretar criticamente conteúdos, avaliar fontes, compreender os processos de circulação de informações e participar de práticas de produção de sentidos.

Essa dimensão torna-se especialmente relevante diante da circulação de desinformação e das diferentes formas de produção e compartilhamento de conteúdos nas redes. A participação nos ambientes digitais exige conhecimentos que permitam aos sujeitos avaliar as informações com as quais entram em contato, reconhecer diferentes perspectivas e compreender que os conteúdos circulantes são produzidos em contextos sociais específicos. Por isso, o letramento digital precisa ser compreendido como prática social e formativa, e não apenas como domínio técnico.

A dimensão política da inclusão digital também merece destaque. Em uma sociedade na qual parte importante das interações e dos debates públicos ocorre por meio de ambientes digitais, as possibilidades de expressão, visibilidade e participação tornam-se elementos relevantes para o exercício da cidadania. A partir da reflexão de Arendt (2014) sobre a vida pública e das discussões de Martino (2021) sobre as mídias digitais, é possível compreender que a participação nesses espaços não se resume ao acesso às plataformas, mas envolve a possibilidade de estabelecer relações, manifestar posições e intervir em questões coletivas.

Essa discussão adquire um significado particular na EJA. Os sujeitos da modalidade possuem trajetórias marcadas por diferentes formas de desigualdade e por experiências de afastamento da escolarização. Quando a exclusão educacional se articula à dificuldade de participar das práticas sociais mediadas pelas tecnologias, podem ser aprofundadas barreiras ao acesso à informação, à expressão e à participação pública. A inclusão digital humanizadora busca enfrentar essa problemática ao relacionar o acesso às tecnologias às condições de apropriação crítica e de participação dos sujeitos.

Baptista e Teles (2024) contribuem diretamente para essa compreensão ao defenderem que a inclusão digital na EJA deve ultrapassar a dimensão instrumental e

constituir um processo humanizador. Essa perspectiva reforça a necessidade de considerar os estudantes como sujeitos de conhecimento, capazes de produzir sentidos e participar da vida social, e não apenas como usuários que precisam adquirir habilidades para operar recursos tecnológicos.

A presença de 12 artigos nessa categoria representa, portanto, um resultado relevante do mapeamento, mas também evidencia os limites da produção analisada. Enquanto 60,7% dos trabalhos foram classificados na categoria de práticas pedagógicas e uso instrumental, apenas 13,5% foram identificados como abordagens centradas no letramento digital, na inclusão humanizada e no uso crítico das tecnologias. Essa diferença indica que as perspectivas críticas e humanizadoras aparecem em proporção significativamente menor no corpus.

Não se trata de estabelecer uma oposição absoluta entre práticas pedagógicas e inclusão digital crítica, uma vez que uma experiência de ensino pode articular o uso de recursos tecnológicos à reflexão sobre informação, cidadania e participação social. A distinção entre as categorias diz respeito ao enfoque predominante identificado nos resumos e nas palavras-chave. Ainda assim, a diferença observada permite questionar em que medida a produção acadêmica tem problematizado os fundamentos sociais, políticos e formativos da inclusão digital na EJA.

Desse modo, a categoria evidencia tanto a existência de perspectivas que ampliam o debate quanto a necessidade de aprofundar as investigações sobre a inclusão digital humanizadora. Uma análise posterior dos textos completos classificados nesse conjunto poderá contribuir para compreender com maior precisão suas concepções teóricas, seus percursos metodológicos e as formas pelas quais articulam letramento digital, participação política e direito à educação.

Síntese dos resultados: tendências e lacunas na produção acadêmica

A análise das quatro categorias permite identificar algumas tendências na produção acadêmica sobre inclusão digital na EJA. A primeira diz respeito à concentração dos trabalhos em práticas pedagógicas e usos instrumentais das tecnologias, categoria que reúne 54 dos 89 artigos analisados (60,7%). A segunda refere-se à baixa presença de publicações que discutem currículo, políticas e gestão, representadas por apenas dois artigos (2,2%). A terceira corresponde à participação minoritária dos estudos que

abordam a inclusão digital a partir do letramento digital, da perspectiva humanizadora e do uso crítico das tecnologias, que totalizam 12 artigos (13,5%).

A formação docente e o desenvolvimento profissional, com 21 artigos (23,6%), também aparecem como dimensão relevante do debate. Entretanto, a distribuição das publicações indica que a presença das tecnologias na EJA tem sido abordada, sobretudo, por meio de práticas pedagógicas e de discussões sobre sua utilização, enquanto as dimensões curriculares, políticas e críticas ocupam espaços menores no conjunto analisado.

Esses resultados permitem retomar uma questão central deste estudo: de que forma o campo da EJA tem se apropriado da temática da inclusão digital e quais perspectivas teórico-conceituais orientam essa produção? O mapeamento sugere que essa apropriação ocorre de maneira desigual entre os diferentes enfoques identificados. A concentração de trabalhos voltados às práticas pedagógicas não significa que essas experiências sejam pouco importantes, mas evidencia a necessidade de ampliar o debate sobre os sentidos da inclusão digital e sua articulação com as finalidades formativas da modalidade.

Nesse contexto, a inclusão digital precisa ser compreendida como uma questão que ultrapassa a incorporação de ferramentas às práticas educativas. O acesso às tecnologias, embora necessário, não assegura, por si só, o desenvolvimento do letramento digital nem a participação crítica nos ambientes digitais. É preciso considerar as condições sociais de utilização, as possibilidades de interpretação e produção de informações e a participação dos sujeitos nas relações e nos debates que constituem a vida pública.

A baixa frequência de trabalhos classificados na categoria de currículo, políticas e gestão também chama a atenção para a necessidade de investigar as condições institucionais que sustentam a inclusão digital na EJA. A construção de práticas educativas críticas depende não apenas da iniciativa de professores ou da disponibilidade de recursos tecnológicos, mas também de condições de infraestrutura, organização curricular e políticas educacionais que reconheçam as especificidades da modalidade.

Do mesmo modo, a presença minoritária de estudos sobre letramento digital e inclusão humanizadora indica a importância de ampliar as investigações que relacionam tecnologias digitais, direito à educação e participação política. Essa perspectiva não desconsidera as possibilidades pedagógicas das tecnologias, mas propõe que elas sejam

analisadas à luz de suas finalidades sociais e formativas. Na EJA, isso implica reconhecer que a inclusão digital integra uma discussão mais ampla sobre o direito de aprender, participar, produzir conhecimentos e intervir na sociedade.

É necessário reiterar que essas interpretações se referem ao corpus de 89 artigos recuperados no Portal de Periódicos da CAPES, no período de 2018 a 2024, e à categorização realizada com base na leitura dos resumos e das palavras-chave. A utilização de uma única base de dados, as limitações do mecanismo de busca e a ausência de análise integral de todos os textos impedem que os resultados sejam tratados como um retrato exaustivo de toda a produção acadêmica nacional. O estudo permite, contudo, identificar tendências no conjunto analisado e apontar questões que merecem aprofundamento.

Em síntese, o mapeamento evidencia a predominância de abordagens voltadas às práticas pedagógicas e ao uso instrumental das tecnologias, a reduzida presença de estudos sobre currículo, políticas e gestão e a participação ainda minoritária de perspectivas críticas e humanizadoras. Esses achados reforçam a necessidade de ampliar o debate sobre a inclusão digital na EJA como dimensão do direito à educação e da formação humana, articulando o acesso às tecnologias ao letramento digital, à participação política e às possibilidades de atuação dos sujeitos na vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo mapear as perspectivas teóricas e conceituais sobre inclusão digital presentes na produção acadêmica relacionada à Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscando identificar as abordagens predominantes e as limitações observadas nesse conjunto de trabalhos. A partir do levantamento realizado no Portal de Periódicos da CAPES, foram analisados 89 artigos publicados entre 2018 e 2024, organizados em quatro categorias de análise.

Os resultados evidenciaram a predominância de estudos voltados às práticas pedagógicas e ao uso instrumental das tecnologias digitais, que corresponderam a 60,7% do corpus. A formação docente e o desenvolvimento profissional representaram 23,6% das publicações, enquanto os estudos sobre letramento digital, inclusão digital humanizada e uso crítico das tecnologias corresponderam a 13,5%. A categoria currículo,

políticas e gestão da EJA com tecnologias, por sua vez, reuniu apenas 2,2% dos artigos analisados.

Essa distribuição evidencia que, no conjunto de publicações investigado, as discussões sobre a relação entre EJA e tecnologias digitais se concentram principalmente nas práticas pedagógicas e nas possibilidades de utilização dos recursos tecnológicos. Embora essas experiências sejam relevantes para pensar os processos de ensino e aprendizagem, os resultados também apontam para a necessidade de ampliar a discussão sobre as dimensões sociais, políticas e formativas da inclusão digital, bem como sobre as condições institucionais e curriculares necessárias à sua efetivação.

A baixa proporção de estudos classificados na categoria de currículo, políticas e gestão chama a atenção para a importância de investigar como a inclusão digital tem sido contemplada nas políticas educacionais e na organização curricular da EJA. Do mesmo modo, a presença minoritária de trabalhos voltados ao letramento digital e à inclusão humanizadora indica a necessidade de aprofundar a reflexão sobre os sentidos atribuídos à participação dos sujeitos nos ambientes digitais.

Conforme discutido ao longo do artigo, a inclusão digital não pode ser compreendida apenas como acesso a equipamentos, conectividade ou domínio operacional de ferramentas. Na perspectiva adotada neste estudo, ela envolve também o letramento digital, a apropriação crítica das informações e as possibilidades de participação na vida social e política. Essa compreensão é particularmente relevante para a EJA, considerando as trajetórias de escolarização e as desigualdades sociais que marcam a vida de muitos dos sujeitos que frequentam essa modalidade.

Assim, compreender a inclusão digital como dimensão do direito à educação implica reconhecer que a participação na sociedade contemporânea demanda condições que ultrapassam o acesso aos dispositivos tecnológicos. Trata-se de considerar as possibilidades de leitura crítica do mundo digital, de produção e circulação de conhecimentos e de participação nos espaços públicos. Essa perspectiva reforça a importância de práticas educativas que articulem a utilização das tecnologias à formação humana, à autonomia e à cidadania, sem reduzir sua finalidade a demandas instrumentais ou exclusivamente relacionadas ao mercado de trabalho.

É necessário, entretanto, considerar os limites do levantamento realizado. A pesquisa concentrou-se em uma única base de dados, cujas ferramentas de busca apresentam instabilidades, e a categorização dos trabalhos foi desenvolvida a partir da

leitura dos resumos e das palavras-chave. Dessa forma, os resultados não pretendem esgotar a produção acadêmica sobre inclusão digital na EJA, mas oferecer um mapeamento exploratório das tendências e lacunas identificadas no corpus analisado.

Como possibilidade de continuidade, destaca-se a importância de aprofundar a análise dos artigos classificados na categoria de letramento digital, inclusão digital humanizada e uso crítico das tecnologias, de modo a compreender suas perspectivas teóricas e metodológicas e as contribuições que oferecem ao campo da EJA. Também se mostra relevante ampliar as investigações sobre currículo, políticas públicas, gestão e formação docente, buscando compreender como essas dimensões podem contribuir para uma abordagem crítica e humanizadora da inclusão digital.

Em síntese, o mapeamento realizado aponta para a necessidade de ampliar o debate acadêmico sobre a inclusão digital na Educação de Jovens e Adultos, especialmente no que se refere à articulação entre tecnologias digitais, direito à educação, letramento digital e participação política. Mais do que incorporar ferramentas tecnológicas às práticas educativas, o desafio consiste em compreender e promover condições para que os sujeitos da EJA possam se apropriar criticamente desses recursos e participar efetivamente da sociedade em que vivem.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Inclusão digital; Tecnologias digitais; Direito à educação; Letramento digital.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BAPTISTA, Anderson José Lisboa; TELES, Jorge Luiz. Educação de jovens e adultos em um mundo híbrido: desafios da inclusão digital humanizada. **Revista Teias**, v. 25, n. 76, jan./mar. 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/teias.2024.79029

CORDEIRO, Luciana; BALDINI SOARES, Cassia. Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, [*s. l.*], v. 20, n. 2, p. 37–43, 2020.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais**: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

RIBEIRO, Ana Elisa; COSCARELLI, Carla Viana. Letramento digital. *In:* FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; VAL, Maria da Graça Costa; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (org.). **Glossário Ceale.** Termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Faculdade de Educação da UFMG, 2014. Disponível em: https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/letramento-digital. Acesso em: 15 de fev. 2025.